

# **Bíblia e Corão**

## **Proximidade e Incompatibilidade de duas concepções**

por Chaim Noll

*“Para nos entender uns aos outros, precisamos falar sobre aquilo que nos separar.”<sup>1</sup>*

Chaim Noll, originalmente Hans Noll, nasceu em 1954 como filho do escritor Dieter Noll em Berlim (leste). Ao estudo de matemática em Berlim e Jena seguiu um estudo de arte e de história de arte. Noll era aluno mestre da Academia das Artes. No início da década dos 80, recusou o serviço militar e está sendo entregue a uma clínica de psiquiátrica. Chaim Noll se solta das suas ligações a estado e a partido, o que, ao mesmo tempo, trouxe consigo o rompimento como seu pai. Em 1984 Noll, sendo privado de nacionalidade, vai ao oeste, trabalho como jornalista e começa a sua carreira como escritor. De 1992 a 1995 vive em Roma e, de lá, vai a Israel, onde está sendo naturalizado em 1998. Vive no Deserto de Neguev e é Escritor em Residência e docente no Centro para Programas de Estudante Internacional da universidade Bem Gurion Ber Sheva. Às suas obras de escritor pertencem poemas, contos, romances e ensaios.

No que segue, deve ser tratado de dois livros, de duas obras de texto e concepções espiritual-religiosas as quais, pelo sair da uma da outra, são estreitamente ligadas uma à outra. O efeito mundial-histórico, formador de cultura inspirador para ação social, evocando guerra e paz de ambos os textos é, do que têm em comum, o primeiro que dar na vista, em ambos os casos, Bíblia como Corão, deve ser apontado providentemente que um livro fundador de religião, em geral uma concepção ideal-religiosa, não está idêntico com as ações das pessoas humanas que se reportam a ele.

Seria mais reto falar de três livros, pois a Bíblia hebraica e a cristã não são, como se sabe, idênticas. Mas como a “Sagrada Escritura” cristã assumiu em si a Bíblia judaica inteira, o tanak hebraico, em uma tradução grega confeccionada, a Setenta, canonizou-a por sua vez e a assumiu em si sob o nome de “Antigo Testamento”, é que, a partir da vista cristã-européia, a Bíblia judaica faz declaradamente parte da concepção própria <sup>2</sup>.

Antes de tudo no tempo mais recente, as Igrejas enfatizaram a consistência interna entre “Antigo” e “Novo Testamento” mais que anteriormente, não por último pela experiência de “que sem o Antigo Testamento, sem contato a um Judaísmo imortável, sobrevivente tudo, a Cristandade não pode ser fiel às suas próprias origens”. (O papa Benedito XVI).

Diferentemente do Corão, a Cristandade manteve os livros originais dos judeus inalterados como base religiosa, a sua concepção da imagem da pessoa humana, a sua concepção da igualdade de todas as pessoas humanas perante o criador, o seu código moral, a compaixão, repudiada desdenhosamente por Nietzsche como “moral de escravos”, com os mais fracos, com mulheres e crianças, com o “estrangeiro que mora nas tuas portas”, a abolição da escravatura vitalícia. <sup>3</sup>.

Iluminismo europeu, Humanismo de Renascimento e tolerância cívica se baseiam nessa imagem da pessoa humana – circunstância que caiu fora da consciência de muitos europeus. Erroneamente, muitas pessoas dos nossos dias tomam tolerância, liberdade de fé e opinião por contraposições à concepção bíblica, por liberdades penosamente arrancadas da tutela religiosa pela revolução cívica. A legenda da originalidade do pensar esclarecido chegou a fazer parte sólida da identidade da “Europa moderna”, e isso tanto mais quanto o conhecimento das origens próprias em geral chegou a se perder. Só agora que o desconhecimento das fontes religiosas e antigas chegou a ser enorme traz consigo uma recaída sensível ao desumano, ao mesmo tempo um enfraquecimento visível da Europa até à incapacidade de se manter contra o questionamento agressivo de outro lado, o arraigamento bíblico dos valores europeus voltou a ser tematizado.

Como europeus, estamos no encanto da parábola célebre de anel, primeiro contada no “Decameron” do Boccaccio, mais tarde na peça de Lessing “*Natan der Weise*” [Natan, o sábio] a qual compara as três concepções monoteístas – Judaísmo, Cristandade e Islame – com três anéis tão semelhantes que possam ser confundidos e, nessa metáfora, tenta relativar os antagonismos e contradições entre elas <sup>4</sup>.

Gotthold Ephraim Lessing reconta, na sua peça de teatro “*Nathan de Weise*” [Nathan, o sábio] (estreada em 1783 em Berlim) a parábola dos anéis conhecida do “*Decameron*” de Boccaccio (pelos 1350), a qual ali está sendo relatada dum judeu Melchisedech de Alexandria (“Melchisedech encaminhou com uma novela de três anéis cessar um grande perigo que lhe era aparelhado”) ...

Como todas as três são tão semelhantes uma da outra que possam ser confundidas, assim a lógica da parábola dos anéis, possa se tratar – nas controversas - conflitos e guerras conseguidas só de mal-entendidos os quais, por intercâmbio espiritual, iluminação e tolerância, possam ser superados.

A Parábola de Anel toma a sua legitimação da origem comum das religiões monoteístas dum mundo de próximo-oriente-nomádico, simbolizado na figura do patriarca bíblico Abraão, um fugitivo legendário do Ur babilônico, príncipe migrante de rebanhos e profeta, a quem se reportam todas as três religiões como pai original <sup>5</sup>.

A história de Abraão está primeiramente sendo comunicada em Gênesis 12,1 a 25,11; passa por pai-tronco dos hebreus. Os Evangelhos derivam também a proveniência de Jesus dele (Mateus 1,1; Lucas 1,55); ao Novo Testamento ele vale como “pai de todos nós” (carta de Paulo aos romanos 4,16).

O Corão o menciona em cerca 50 lugares diferentes e assevera, sura 3, versículo 60: “Na verdade, Abraão não era nem judeu nem cristão, mas sim moslim”.

Por essa razão, e por causa do seu efeito mundial, chegou a ser habitual designar Judaísmo, Cristandade e Islame sumariamente e os categorizar espiritual-conceitualmente como as “três religiões mundiais abraâmicas”.

Dessa visão, a Europa moderna, amplamente secular dos séculos 19 e 20 se apropriou, privando, com isso, todas as três religiões de boa parte do seu caráter. A categoria “três religiões abraâmicas” significa uma pluralização, com isso também uma desvalorização relativa. Como não se deixa averiguar qual dos três anéis é o genuíno, original, e também nenhuma das três religiões deve ser a verdadeira, original, a pessoa humana moderna pode confiadamente virar as costas a elas, procurando a sua salvação numa cultura nova de prazer neo-pagã, hedonista, sem compromisso. Sob o pretexto duma visão superior às três supostamente equivalentes – e igualmente importunas – religiões, as nações cristãs da Europa liberam-se, antes de tudo, como predito por Nietzsche, do Deus bíblico e do cânon de valores revelado às pessoas humanas. Como se não seria mais que um peso morto.

Fixando bem, a parábola de Lessing dos três anéis iguais se prova como imagem errada. A metáfora dos três anéis iguais os quais se assemelham para serem confundidos, assim que não se possa mais observar qual era o original e qual o imitado, está errada já porque, nas três religiões em questão, totalmente sem dúvida, já se pode verificar uma ordem de origem e, com isso, da originalidade das suas idéias. Já por isso, as “três religiões abraâmicas” são diferentes desde a base: O Judaísmo é, na ordem, a primeira, a Cristandade a segunda, provinda imediatamente do Judaísmo – Jesus era judeu, até escriba farisaico – enquanto o Islame é um movimento essencialmente mais tarde, surgido fora ou na margem da esfera judaica-cristã, cuja obra de texto, o Corão, se serve dos dois antecedentes, combatendo simultaneamente os representantes terrestres dessas.

O tempo de surgimento separado através de milênios das três religiões é mais uma razão para duvidar do ser exato da parábola dos anéis. Também aliás, o conteúdo em verdade da parábola estaria para ser examinada, a tese derivada dela da “igualdade” espiritual das “três religiões abraâmicas” até à hipótese sobremaneira cômoda, despreocupada por qualquer conhecimento mais exato – hoje divulgada na Europa – de que essa “igualdade” o faria supérfluo, ocupar-se ainda seriamente com elas em geral. Originalmente, na versão do Boccaccio, muito tempo antes da reprodução pseudo-filosófica pesada em significação por Lessing no “*Nathan*”, a parábola dos anéis era uma “historinha” astuta (no original italiano *una noveletta*) com a qual um judeu alexandrino rico se quis subtrair duma pergunta de captura do sultão Saladin. A *noveletta* contada na urgência e meia-brincadeira da romance recreativa de Boccaccio chegou a ser, pelo rodeio do iluminador alemão Lessing, axioma do pensar europeu moderno.

É intento dessa contemplação, não revalorizar ou depreciar a uma religião perante a outra, mas sim criar pressuposição para o intercâmbio e a conversa. Um diálogo genuíno é possível somente se cada lado saiba da sua origem e das suas tradições, das posições que resultam delas no hoje para as possibilidades duma aproximação ao lado respectivamente outro, mas também dos limites dessa aproximação.

Por interesse de político do dia, esses limites estão hoje sendo confundidos, com o resultado duma dúvida crescente. Bíblia e Corão vêm aqui sendo acarados, na brevidade e concentração necessárias, sob os aspectos seguintes: Genealogia, estrutura e

consistência de texto, imagem da pessoa humana, a relação à guerra e paz, o processo antropológico apresentado no texto.

## Genealogia

O Corão nasceu mais que um milênio depois da Bíblia Hebraica e cinco a seis séculos depois da cristã, num ambiente que já era cunhado consideravelmente por pensar bíblico. Maomé vivia e agia na margem do reino romano-leste, o qual cerca de dois séculos antes aceitara a Cristandade como religião de estado, em proximidade geográfica aos centros de então da Igreja bizantina e síria de um lado e das grandes escolas talmúdicas do Judaísmo babilônio, de Sura e Pumbedita de outro lado. O conteúdo da Bíblia lhe era conhecido, estava em contato diário com cristãos e judeus, falando, como comerciante, muito provavelmente aramaico, a *língua franca* do mundo próximo-oriental antigo, ao mesmo tempo a língua em que tanto as obras da Igreja síria como também o Talmude babilônico foram escritos.

Talvez por isso o Hadith, a coleção dos recados sobre palavras e feitos de Maomé, que o profeta era analfabeto: para invalidar de antemão a atribuída de que no Corão – spiritual e espiritual-historicamente – dum plagiado.<sup>(6)</sup> Esta palavra, apesar disso, continuou a entrar sempre, exatamente nos conhecedores dos textos hebraicos, gregos, aramaicos e árabes originais, p.ex. no livro de Franz Rosenzweig “A Estrela da Salvação” de 1921 <sup>7</sup>.

Franz Rosenzweig ...: “E assim podemos, nesse caso notável de plagiado mundial-histórico, pôr diante os nossos olhos (...) como do paganismo imediatamente, para assim dizer sem a vontade de Deus, sem o plano da Sua providência, portanto em causação ‘puramente natural’, deveria aparecer fé resultante de revelação.”

Rosenzweig tivera antes aprendido o árabe, para poder ler a obra nessa língua, já que a teologia islâmica ortodoxa declarava qualquer tradução do Corão, com maior razão qualquer trabalho exegético do texto em outras línguas, como inadmissível.

Segundo um dos primeiros textos do Hadith, traduzido por Aisha, a viúva do profeta, ao Maomé analfabeto a doutrina foi comunicada pelo Arcângelo Gabriel, e isso mais ou menos sob coação <sup>8</sup>. O arcanjo Gabriel, já no profeta bíblico Ezequiel, já passou por portador da mensagem, sobretudo no Talmude babilônico <sup>9</sup>.

Ezequiel 9,2: O sexto anjo na visão de Ezequiel é, na apresentação do Talmude babilônico, tratado Yoma 77a, o arcanjo Gabriel.

Também do profeta Daniel se diz que teria recebido a sua mensagem dum anjo <sup>10</sup> (Daniel 10,5).

Que um profeta talvez deve ser urgido para assumir a missão que lhe está sendo atribuída, está igualmente um motivo bíblico conhecido, conhecido p.ex. dos livros Jeremias e Jonas <sup>11</sup> (Jeremias 1,6 ss.; Jonas 1,3 ss.).

O Hadith, uma das fontes de tradição e jurisprudência islâmicas, já manifesta no começo, na tradição de como Maomé recebeu a sua mensagem, como um texto já cunhado bíblicamente em conteúdo, estrutura de narrativa e motivação guia.

Segundo o Hadith, Maomé, depois do recebimento da mensagem, foi a um perito de escritura para deixar escrever o que viera. Desse escrevente, Waraph ibn Asad, um primo de Khadijah, da primeira mulher do profeta, se diz no Hadith, que dominava “a escrita hebraica” e “copiou dos Evangelhos em hebraico o que aprazia a Aláh que escrevesse”<sup>12</sup> (... , hadith Aisha, pl. 7).

A esse copiador de textos bíblicos, Maomé ditava, segundo a tradição islâmica, as primeiras mensagens da sua visão profética. Com isso, o Hadith está em contradição evidente ao dito várias vezes pronunciado no Corão de que o Corão seria um livro escrito em árabe <sup>13</sup> (suras 12,2; 13,38; 16,105; 20,111 e várias outras).

O dogma do Corão ditado e escrito em árabe está sendo também duvidado a partir do ponto de vista de ciência lingüística, p.ex. no livro muito discutido dum orientalista que publica sob o pseudônimo de “Christoph Luxenberg” (por medo duma *fatwah*, o veredicto com perigo de vida de clérigos islâmicos, como o já ameaça, na Europa liberal, outros pesquisadores acadêmicos <sup>14</sup>).

... Ameaças de morte por moslins extremistas se dirigiam ao orientalista alemão Hans-Peter Raddatz, ao filósofo francês Alain Finkelkraut e a outros.

“Luxenberg” parte de que o original do Corão estaria sido escrito na língua então dominante, o aramaico, já porque o árabe, somente cerca de cem anos depois da morte de Maomé, está documentado como língua escrita. O escrito primário aramaico do Corão estaria então escrito na mesma língua como os textos da Igreja síria e o Talmude babilônico, o que explicaria a tomada fácil de numerosos motivos, pensamentos e histórias completas de ambas as fontes <sup>15</sup>.

O que faz a tese de Luxenberg espetacular e objeto de consideração pelo mundo da mídia é a suposição derivável dela de que se trate nas delícias paradisíacas descritas no Corão na versão arábica deste de mal-entendidos na tradução do aramaico: as *houris* “com peitos intumescentes” seriam então p.ex. uvas passas. ...

Para a tese de “Luxenberg”, muitos indícios nos próprios escritos islâmicos falam, p.ex. a lembrança tramitada do Zaid ibn Thait, de que o profeta lhe teria mandado a aprender “a escrito dos judeus”, para poder fazer notas para Maomé, em que dois outros tradutores de Hadith, Abu Dawud e Tirmidhi, acrescentam que esse escrito teria sido sírio-aramaico (16). De fato, um “escrito dos judeus” já desde os dias antes da mudança de tempo – e até hoje – o aramaico. Desde a volta do exílio babilônico, textos hebraicos foram escritos em letras aramaicas, porque o alfabeto aramaico era o usual de todos os dias <sup>17</sup>.

... Também a *Gemara* talmúdica transmite que dois alfabetos teriam estado em uso para escrever textos hebraicos: *ksav ashuri*, o “assírio” (isso é o aramaico) e *ksav ivri*, o hebraico. Achados mais antigos para ambos os escritos aproximadamente do mesmo período, o século 9 antes da nossa contagem de tempo.

Também o escritor árabe mencionado, Waraq ibn Naufal, o primeiro notador de Maomé, ter-se-á servido – já como não judeu – provavelmente da escrita aramaica quando, com o Hadith transmite, “copiava em hebraico dos Evangelhos”.

O Corão é, em partes amplas, exegese da Bíblia. Ocupa-se por suras inteiras com figuras bíblicas, recontando as histórias delas conhecidas da Bíblia, em que também *midrashim* talmúdicos ou lendas cristãs influem. Recontados, parafraseados ou mencionados como motivo guia estão sendo caminho de vida, feitos e significação de Adão, Noé, Abraão, Isaac e Jacó, numa sura inteira de José, num trecho sumário de Moisés e Aharôn, ainda outra vez de Abraão, Noé, Davi, Salomão, Jó, Jonas e Zacarias, numa sura própria outra vês de Davi, numa outra mais uma vez explicitamente de Moisés, Ló, do profeta Elias e ainda outras figuras Bíblia Hebraica.

Também dos Evangelhos cristãos Maomé assumiu desse modo matéria de contar e pessoas, p.ex. Jesus, João e Maria <sup>18</sup>.

A sura 19 está denominada com Maria, a história dela aí está sendo recontada fragmentariamente e confundida com menções de figuras da Bíblia Hebraica (Abraão, Zacarias) e da cristã (João) de modo dificilmente a re-executar.

Na sura dedicada a Maria há outra vez uma passagem mais longa sobre Abraão, Isaac e Jacó, três figuras que, no texto bíblico, não estão em conexão direta com Maria – um exemplo para a técnica muitas vezes saltitante de associação, da qual se serve o autor do Corão no tratamento com as matérias bíblicas.

Tirasse-se do Corão tudo o que é matéria bíblica, pensar judaico-talmúdico posterior ou cristão-teológico, sobraria somente um corpo definhado. No fundo, a maior parte daquilo que o Corão comunica em fatos é matéria bíblica.

Como, com essa dependência incontestável de ideário judaico-cristão, explica-se a polêmica anti-judaica e anti-cristã do texto, a qual forma um motivo condutor estilístico das 114 suras? O sub-tom polêmico é coisa notável do Corão, a qual não é possível senão à última das três obras de texto aqui contempladas. Enquanto judeus e cristãos, como os anteriores, não sabiam nada da existência da religião posterior, não podendo, por conseguinte, ocupar-se com ela, o Corão podia, desde o começo, arranjar-se com elas em tom polêmico.

A polêmica do Corão está, por outro lado, influenciada por inimizades cristãs-judaicas e intra-cristãs dos séculos 5 e 6. A subida da doutrina de Maomé e do Islame era favorecida pela desunião interna da Cristandade e pelo ódio cristão aos judeus. Com Melito de Sardes, Ambrosio e alguns Padres Eclesiais, o antijudaísmo da Igreja se consolidara. Ao mesmo tempo, as Igrejas romana e egípcia eram, sobre a questão não-esclarecida da natureza de Cristo, tão profundamente desunidas que um reconciliação parecia impensável e a sua atividade de missão no leste do império se paralisava. Gente de fora, sobretudo moradores incultos e analfabetas do deserto, perdeu a orientação nos debates intra-ecliais sofisticadas. A veemência da luta entre as frações eclesiais diversas e entre estas e os judeus estava em contradição aberta ao amor do próximo exigido na Bíblia.

Nessa brecha, Maomé entrava com uma versão simplificada da concepção monoteísta, a qual, perante a plataforma das desuniões contemporâneas, tinha efeito integrador.

O profeta novo não negou de modo algum que somente quis completar o que outros tinham começado antes dele, pôr-se a executar numa obediência a Deus verdadeira aquilo que já fora revelado a judeus e cristãos, mas, a seguir, por eles traído por deserção. Via-se como defensor da doutrina contra os alunos desobedientes desta. Na mesma medida, em que anunciava a um público pagão até agora ignorante a essência de pensamentos bíblicos como mensagem própria dele mesmo, realizava a limitação de judeus e cristãos, aos quais a devia. Embora na sura 2, versículo 59 esteja sendo ainda concedido que possam participar da graça divina, enquanto “crêem em Deus e no Dia Último”, já no versículo 107 da mesma sura – depois de uma apresentação sumária da desavença entre cristãos e judeus – a ambos está sendo negado até o direito de visitar os lugares da oração a Deus, porque bloqueariam e destruiriam esses para os adeptos da doutrina nova verdadeira.<sup>19</sup>

O desprezo mútuo de judeus e cristãos apresentado na sura 2, versículo 107 está em contradição óbvia à afirmação feita no versículo 56 da mesma sura, de que estariam “amigos”.

A sura 2, versículo 110, rejeita apontadamente a concepção cristã do filho de Deus. Sura 5 arranja-se com os judeus, os quais estão sendo chamados possuidores anteriores da doutrina e “povo do livro”, mas pela desobediência teriam irritados Deus, vindo no versículo 85 ao resultado: “Descobrirás com certeza que os maiores inimigos dos fiéis são os judeus e idólatras”. Mencionar judeus e idólatras em um só fôlego deve, em consideração da aversão judaica contra cultos de ídolos, representar uma ofensa especial. No versículo 56 da mesma sura, os cristãos estão sendo incluídos no veredicto desprezível: “Oh fiéis, não vos tomai judeus e cristãos como amigos, pois estão amigos entre si! Quem os fizer amigos seus, chegará a ser um deles.”

Que a delimitação dois possuidores anteriores “do livro” representa um ato de tomar posse, dá o versículo 62 a entender: “Oh fiéis, não vos tomai nunca como amigos aqueles aos quais o livro foi dado antes de a vós, e os infiéis que consideram a vossa religião com troça!” A religião do livro está, então, já “vossa”, a saber já passada para a posse dos adeptos de Maomé, enquanto os seus possuidores anteriores, de agora em diante, são “infiéis”. Sura 48 (intitulada “vitória”) declara a Toráh e os Evangelhos já como livros, nos quais os adeptos de Maomé já foram apresentados (versículo 29). Também figuras individuais, como o pai-tronco Abraão, chegam a serem transferidas desse modo, sura 3, versículo 60 declara que ele seria “nem judeu nem cristão, mas sim moslim”. O processo da auto-revalorização de si mesmo na base de insulto de judeus e cristãos é, a partir de agora motivo condutor do Corão. A legitimação está sendo indicada: “Pois são um povo sem inteligência”<sup>20</sup> (sura 5, versículo 6).

À condenação dos povos anteriores da Bíblia segue a punição desses exigida no Corão. Ainda no tempo de sua vida, Maomé fez acutilar todos os judeus da cidade de Medina, porque se recusaram a reconhecê-lo como profeta de Deus.

Pouco a pouco, as guerras de fé islâmicas espalharam-se no Médio Oriente. A versão de Maomé da mensagem monoteísta deu às tribos beduínas do deserto árabe uma identidade criadora de dignidade própria. Durante séculos, elas fizeram guerras uma contra outra e se exterminaram, percorreram a península arábica roubando, sacando, lutando por pontos de água e terra de pastagem, numa condição que a tradição islâmica chama de *jahiliyah*, “a era da ignorância”<sup>21</sup>

Unidas pela doutrina do Deus Único, as tribos nômades antes dispersadas se mostravam invencíveis. Já poucos anos depois da morte de Maomé conquistaram as primeiras regiões do império romano: 634 a fortaleza Bosra situada em frente de Bizâncio, então as grandes cidades cristãs do leste, Damasco, Aleppo, Antioquia, depois da batalha no Yarmok toda a Síria, pouco depois, 637 ou 638, Jerusalém, a partir de lá o litoral da província romana Palestina. A seguir Alexandria e Egito, o Mediterrâneo oriental e o norte da África, pelo que já pouco depois era possível a invasão islâmica contra a própria Europa, a península espanhola, o sul da Itália e a França.

Quase ninguém na Europa percebera o perigo. Nem a determinação dos guerrilheiros de fé islâmicos nem o efeito integrador das pregações de Maomé, as quais, do livro complicado e só inteligível para peritos de escritura dos judeus e cristãos, fizeram chegar a ser uma força de obediência absoluta e da “luta santa”, um potencial devastador, aparentemente crescido do nada, numa província desolada do império, *Arábia deserta*, a qual os romanos e europeus até então não consideraram valendo uma contemplação séria. Até para dentro da Idade Média, a literatura europeia quase não tomava conhecimento de Maomé, embora o efeito da sua doutrina era notável por toda parte, o Mediterrâneo controlado por suas frotas, uma parte da Europa ocupada por seus exércitos. Um *Roman de Mahomet* [Romance de Maomé] francês saído em 1260 o desenha como embusteiro e charlatão. A *Divina Commedia* de Dantes pelo ano de 1320, como “anticristo”. Só Goethe, pelo fim do século 18, tentou um acesso diferenciado a essa figura tão grave para o destino da Europa.<sup>22</sup>

Primeiro em textos que, pelo ano de 1790, por ocasião de traduzir e trabalhar *Mahomet ou le Fanatisme* (que apresenta o profeta extremamente negativo) de Voltaire, como o poema *Mahomets Gesang* [Canto de Maomé]. Mais tarde, Goethe se ocupou abundantemente com poesia árabe, desenvolvendo uma inclinação forte à esfera islâmica.

Para Maomé, a ironia da história consiste em que a desunião interior da esfera cristã a qual, para a subida da sua concepção religiosa sabia usar com tanto êxito, logo depois chegou também a ser o destino do seu movimento próprio. A união dos moslins aspirada por ele perdurou só pouco tempo. Já com sua morte e as discussões e guerras pela sua sucessão, a religião começou a se dividir e se desintegrar em frações, que se combatem sangrentamente até hoje.

### **Estrutura e consistência de texto**

O Corão é um monólogo. Consiste de 114 suras ou cantos em forma de versículos. Há somente um único falador, o profeta Maomé, que declara possuir a verdade divina,



transmitindo-a a um público silencioso. O Corão se distingue, portanto, geralmente da Bíblia, que conhece muitas formas literárias, faladores numerosos e modos de narrar sempre diferentes.

Os modos de apresentação bíblicos frisam, já pela sua estrutura, o diálogo, a interação de grandezas diferentes. Primeiro entre a força original criadora *elohim* e da matéria a ser formada, então entre as pessoas humanas e o seu criador, os judeus e o seu Deus, mas tarde, também nos Evangelhos, de judeus entre si. É, por assim dizer, o princípio dualista do monoteísmo. Pois monoteísmo não é forcosamente monismo, sempre mais uma vez na Bíblia é o apresentar e superar de contradições – até à disputa aberta – o método apresentado do conhecimento e procura de verdade, nos Livros de Moisés, nos Profetas, no Livro Jó, no Coélet, na Coleção dos Provérbios ou nos numerosos debates do Novo Testamento. Por causa da sua estrutura desigualmente complicada de texto, a Bíblia é a com muito mais trabalho a ser recebida das duas obras.

Judeus expulsos da Judéia viviam nos dias de Maomé desde cerca um milênio na Babilônia, trabalhavam aí, observavam as leis mandadas na Bíblia, estudavam e ensinavam. A isso havia muitas comunidades cristãs na região, as grandes cidades eram sedes episcopais. Muitos beduínos da península arábica chagaram sob influência da Bíblia. Sob o nome *allah*, derivado do nome hebraico antigo de Deus al <sup>23</sup> um Deus Único todo-poderoso exclusivo estava sendo adorado, um criador do mundo e soberano do mundo.

Cf. Morris S. Sale, *The Desert Bible. Nomadic Tribunal Culture and Old Testament* [A Bíblia do Deserto. Cultura Tribal Nômade e Antigo Testamento] ...: A palavra al, variamente traduzida como ‘Deus alto’ ou ‘jugo’, é o equivalente exato dois termos árabes alu e ula ... A mesma palavra hebraica é encontrada em forma verbal como alah, ‘subir’, ‘aumentar em grau ou dignidade’; significaria o equivalente exato do cognato árabe. ...

Pelo ano 610, também Maomé, filho da tribo beduina Coresh, começou a agir como pregador para esse Deus.

Deixemos uma vez incisa a indicação do Hadith de que teria sido analfabeto, será pelo menos sem dúvida que o seu público era analfabeta na maior parte. Maomé se mostrava como multiplicador dotado num ambiente dependendo duma reprodução preponderantemente oral, como poeta, narrador, condensador de conexos complicados em fórmulas de linguagem expressivas curtas – o talento decisivo para ganhar uma audiência completamente dependente de recepção oral. Um texto dependente da declamação pública e recepção acústica se deve, para ser eficiente, distinguir em estrutura, escolha de palavra e dição de um escrito para a leitura silenciosa. Na transposição do texto escrito na Bíblia para um texto falado jazia também uma transformação de conteúdo decisiva.

O repetidor falante e re-narrador vestia ideário bíblico em histórias, parábolas, imagens poéticas, fazendo isso, antes de tudo, sob o ponto de vista de fazê-lo inteligível no

primeiro escutar. Diferentemente dos rabinos ou sacerdotes cristãos, não podia, nos seus recipientes, quase não suportar pré-conhecimentos dos textos bíblicos; devia estes, onde indispensáveis para o entendimento, co-narrar para assim dizer, pelo que o texto das suas pregações não raramente se move em vários níveis ao mesmo tempo, entre os quais a voz falante – muitas vezes repentinamente – salta para cá e para lá.

Assim conta na sura 20 a história de Moisés, da abertura na sarça ardente até o êxito do Egito, uma grande quantidade de matéria, para a qual o texto hebraico original usa mais que treze capítulos, mais que um quarto do livro Êxodo <sup>24</sup> (Êxodo 12,1 a 25,11). Na versão de Maomé, a história abrange quase nem setenta versículos. Nessa re-narração comprimida, aloja ainda interpretação própria, também tópicos mais afastados, p.ex. migração de alma (versículo 58), ou introduz termos posteriores (como a concepção judaica da *gehena*, versículos 75-80, uma designação talmúdica para sub-mundo ou inferno, cujo uso prova o conhecimento da literatura rabínica por Maomé).

O estilo de Maomé de conferência de condensação e abreviação poéticas, pelo qual conexo e conteúdo de informação do texto perdiam, pode ter desatado contradição de escribas judaicos e cristãos, o que entre ele e aqueles provocou e pouco a pouco aprofundou um rompimento. Textos de lei demorados e tratados detalhadamente nos livros de Moisés revelavam como concentrado formalista. Assim, na sura 4 do Corão, sob o título “mulheres”, estão sendo resumidos os mandamentos, tratados detalhadamente sobre várias dúzias de páginas nos livros de Moisés para o relacionamento entre os sexos, em somente poucas estrofes radicalmente condensadas. De tal condensação resulta, porém, um efeito lateral para a conferência oral: encontra o ouvinte no ler público com uma impressão quase perturbante e um ímpeto lingüista.

Sura 4 “mulheres” mostra como o pregador inspirado Maomé entendeu os dados muitas vezes difíceis – antes de tudo a compreensão limitada da sua audiência imperita de leitura – não como impedimento, mas sim como desafio para o desenvolvimento de técnicas de comunicação eficientes. Lêem-se os sermões de Maomé até hoje com fascinação que não diminui. O resumo deles em forma de livro – pelo ano de 653 a mando do califa Othman – levou a um texto comprimido em alto grau, apaixonadamente poético. A sua marca visível à primeira vista é o repetir do motivo condutor não raramente rítmico, também conhecido dos textos bíblicos, de grupos de palavras e metáforas sugestivos.<sup>25</sup> Essa técnica de repetição tem efeito doador compositor como também comunidade, subdividindo o texto ou coordenando o copo do texto já à primeira vista, a isso lembrando, em certas distâncias, de que reúne autor e leitor, respectivamente falador e ouvinte, num desejo comum.

Diferente da maioria dos livros bíblicos, o corpo do texto de Maomé está mantido, no original árabe, numa “forma de quase-versículo”, “em fluxo de linhas desimpedido e irregular” <sup>26</sup>. A obra, que mais tarde surgiu por assentar dos sermões falados, chama-se *Corão*, “o que está para ser lido”, uma formação de palavra cuja proximidade à palavra bíblica para ler ou proclamar, ao hebraico-aramaico *qara* (*qaf-resh-alef*), está evidente. No essencial, Maomé recebeu as exigências legais do seu Corão dos Cinco Livros de

Moisés. Mas quanto mais detalhadamente elaborava a sua doutrina, quanto mais material conseqüentemente tirou da Bíblia, tanto maior chegaram também ser as suas divergências. Seja que era difícil que parte considerável dos mandamentos averiguados exegeticamente do texto pelos rabinos (hebraico *mitsvôt*) era difícil para ser intermediada – já porque se tratava de habitantes de deserto vivendo nomadicamente, e que não podiam ler, portanto não estudar mesmos a doutrina – ou seja que Maomé achou desistenciável pormenores no sentido duma declamabilidade e ingressabilidade melhor: reduziu mandamentos num modo que mudava o sentido. Assumiu, p.ex., a proibição de comer da carne de certos animais (entre eles do porco), mas não o contexto geral dos livros mosaicos sobre a preparação de comidas e o tratamento de alimentos, o sistema abrangente, detalhadamente elaborado e motivado na Toráh dos mandamentos de purificação, o assim chamado *kashrut*.

Ao lado de tais simplificações adaptava elementos na sua doutrina que são incompatíveis com as concepções judaicas e cristãs do mundo, p.ex. o paraíso como lugar de prazeres sensuais e de divertimentos terrestres, a proibição geral de beber vinho ou a sugestão lingüista da sua própria, de Maomé, proximidade a Deus.<sup>27</sup>

Na visão do Judaísmo rabínico parece absurdo que no “mundo por vir” deveria ser feito exatamente aquilo que conta neste mundo como pecaminoso ou ilegal, como o coito com mulheres alheias. No entanto, a autenticidade da versão arábica está duvidosa, cf. nota <sup>15</sup>:

O que faz a tese de Luxenberg espetacular e objeto de consideração pelo mundo da mídia é a suposição derivável dela de que se trate nas delícias paradisíacas descritas no Corão na versão arábica deste de mal-entendidos na tradução do aramaico: as *houris* “com peitos intumescentes” seriam então p.ex. uvas passas. ...

O beber de vinho no Judaísmo, porém, está mandado em certas ocasiões (Shabat, dias de festa).

Maomé ou os apontadores dos seus sermões acrescentaram à frase sempre repetida “Não há Deus ao lado de Allah” a fórmula corrente “E Maomé é Seu profeta”, uma associação que sugere que ele seja o único e definitivo.

O Corão consiste de cantos, cujo nome *sura* ou *sure* deixa perceber, à primeira vista, a proximidade da palavra *shira* (canção, canto). Grande parte dessas suras não é nada mais que a reprodução de narrativas bíblicas, interrompidas por indicações didáticas, exortações à devoção e lembranças de motivos condutores na onipotência guiadora do “Gracioso”, “Compaixoso”, “Único” – atributos de Dus que todos são tirados da Bíblia <sup>28</sup>.

Cf. os chamados Treze Atributos da Natureza de Deus, Êxodo 34,5-7. ...

Das suras que não são outra coisa que recontagens de textos bíblicos, seja mencionada a sura 12, uma repetição da história de José bíblica e forma de versículos, simplificada para

os ouvintes, que pela primeira vez – e oralmente – devem ser confrontados com suas vicissitudes nem sempre fáceis a serem compreendidas.

Uma especialidade da apresentação de Maomé possam ter sido os ataques convulsivos que o acometeram em situação visionária <sup>29</sup> e que foram aguardados pelos seus ouvintes em veneração. Avaliavam-nos como momentos da inspiração, da animação mais alta, do receber da mensagem. Podem ser uma das causas pela mudança do assunto em várias suras estranhamente súbitas, perturbadoras, da tendência, do ducto de narração, para os desvios assombrosos dum discurso “plausível” de narrar, os quais foram considerados, pelos ouvintes, como sinais de inspiração divina.

Mas, mesmo assim, certa “saltitância” (“a mudança súbita em estilo e matéria de sujeito”) pertence às características de poesia antigo-árabe. Morris Seale vê nisso “vestígios de mentalidade nômade” (“*traces of nomadic mentality*”). “Tais transições súbitas são típicas para a poesia árabe. Encontra-se em um mesmo poema a descrição do camelo predileto (...) ou o louvor regalador do patrão imediatamente seguido de ditos píticos ou sentenças de sabedoria.” <sup>30</sup>

Currículos de vida no Corão são assombrosamente diferentes.

“As suras”, o arabista inglês Arthur J. Arberry acha, “não estão arrançadas em ordem cronológica qualquer”<sup>31</sup>.

... Indica uma das razões para isso: “As suras são (...) de caráter compositório, mantendo embutidos em si fragmentos recebidos em data vastamente diferente.”

Pela falta da cronologia conhecida e correspondente ao sentido, “perplexidade” poderia ser provocada no leitor europeu. O Corão é, segundo entendimento ocidental, univocamente obra da arte poética, crescida antes inspirativa e irracionalmente do que em sistemática proposital. “O maior poeta és tu, oh grande profeta de Meca...”, escreveu Heinrich Heine. Alguns decênios depois, Rilke o escreve como analfabeta e “comerciante confuso por dentro” <sup>32</sup>.

No Corão, sinais de texto que criam conexo são numerosos, mas inconstantemente presentes. A mesma tendência acima constatada de abreviar e simplificar não é marca certa e não está continuamente encontrável: como o autor comprime algumas conexões ao quase-não-mais-reexecutável, estende outros numa largura inesperada. Isso é o caso da já mencionada exposição dum paraíso prometido nas suras 55 e 76, onde todos prazeres duma vida depois da morte estão sendo representados numa super-exatidão desconhecida que nessa obra de texto que não aparece em outra parte dele alguma, p. ex. “sofás engastadas de brocado, das se deixam também colher as frutas do jardim”, “moças pudicamente baixando os olhos, porque nenhum homem ou Dshin as tocou até agora”, “Huris, recolhidos em pavilhões frescos”, “rubis e corais”, “Fontes de repuxo da água corrente”, “cálices de cristal”, “almofadas verdes e contos de soneca enganadores”(33) Sura 56,12ss.; 55,45ss. 76,12ss.

Além disso, é uma das objeções mais freqüentemente levantadas contra a mensagem de Maomé – sobretudo em nossos dias – o fato inegável que os destinatários dela, os recebedores do texto tratados por “vós”, são exclusivamente homens. Aqui, o Corão quer interessar como texto literário, não como objeto sexológico de estudo. O paraíso de homens do Corão, “as moças sempre-jovens” e “fonte de repuxo de água”, são provas de meios estilísticos com os quais o texto trabalha, e os quais, no decorrer dos séculos, na literatura ocidental – em poemas, lendas de arte, romances, óperas e filmes de Hollywood sem número – congelavam para estereótipos duradouros em ligação com a península árabe.

Além dos meios didáticos de prometer e promessa, o Corão usa também ainda outros: advertência, ameaça, anúncio de punição. Algumas coisas disso eram a Maomé conhecido de textos bíblicos, experimentaram porém, nos seus sermões, um agravamento claro. O lado-a-lado duro de passagens suavemente simpáticas e agressivo-polêmicas chegou a ser o princípio estilístico, já que o Corão é um livro de delimitação, da condenação e punição daqueles que não se mostraram antes dignos da mensagem, e da remuneração daqueles que estão prontos para seguir o profeta. As apresentações exuberantes do paraíso se mostram como ajuste compensatório num texto que, neste mundo, exige antes de tudo uma coisa: submissão absoluta. “É um caminho da obediência”, Rosenzweig escreve. “Isso o distingue, mais que o seu conteúdo, do amor do próximo”<sup>34</sup>.

... Rosenzweig vê a essência da mensagem judaica como da cristã em Levítico 19,18: “Ama teu próximo como a ti mesmo.”

Sura 46, intitulada “As dunas de areia”, lembra repetidas vezes um povo de nome *Ad*, que em punição pela sua desobediência foi exterminado no deserto: “Aí repararam de repente uma nuvem de poeira aproximando-se do vale em que viviam...”<sup>35</sup>.

Interessante é o uso de “poeira” como metáfora para morte. Possa servir de exemplo de como o texto do Corão, embora pelo seu conteúdo inspirado pela Bíblia, fica prendido estilística e metaforicamente ao mundo de sentir do seu falador e dos seus recipientes, àquele dos nascidos habitantes do deserto. No uso de metáforas elementares em ambos os textos – Bíblia e Corão – mostra-se em clareza rara, como os hebreus são diferentes dos seus vizinhos árabes. Para o povo da Bíblia, deserto é somente um lugar transitariamente experimentado, enquanto a audiência de Maomé se origina do deserto, sendo cunhado por este, um povo autóctone do deserto. Diferentemente dos hebreus, os quais nunca se podiam desfazer a sua proveniência da cultura alta urbana da Mesopotâmia, mesmo não no deserto: a sua mente ficou também aí dirigida a organização regulamentado, a formar e arroteamento, ultimamente à volta para dentro numa sociedade agrícola memorada de tempo anterior. Nunca podem ver no deserto aquele inescapável e fatal como os povos nômades antigos do migrar.

Na linguagem metafórica da Bíblia não é, com isso “poeira” nenhum símbolo para morte, antes para o seu contrário: a vida terrestre. Da “poeira”, hebraico *afar*, na história hebraica, o corpo da pessoa humana é feito <sup>36</sup>. Pode-se entender essa substância como

símbolo da gravidade terrestre, do ser ligado da alma imortal a um vaso material, mas somente por essa encadernação em um corpo que impede a sua volatilidade, a pessoa humana da criação bíblica, o *adam* é capaz de viver nesta terra. O verbo *Yatsar*, que a Bíblia Hebraica usa para o processo da formação do “homem-poeira”, é mesmo como o para “oleirar”, uma das primeiras obras da pessoa humana. Ainda no século vinte, o poeta hebraico Jehuda Amichai sente poeira nesse sentido: “Essa poeira é como nós”, diz em um dos seus poemas <sup>37</sup>, e o “nós” significa vida terrestre, cotidiana.

Para os povos do deserto, pelo contrário, “poeira” é um fenômeno que suscita medo, mortífero, já pelas tempestades de areia que ameaçam homens e animais. A estrofe 23 da sura 46 citada “Aí repararam de repente uma nuvem de poeira...” confirma a suposição que uma tempestade de areia serve de metáfora para o desaparecimento apocalíptico do povo Ad. Na obra de texto dos cinco livros de Moisés, não encontramos nenhures mencionado um acontecimento tal. *Ad* é uma antiqüíssima palavra aramaica, o que significa tanto quanto eternidade, acontecimento eterno, num significado segundo também Roubo ou presa. Um povo desobediente, na visão de Maomé, chega a ser presa da “areia”, duma força mortífera que surge do deserto. Uma metáfora do Corão, equívoca, assustante diante do fundo dos coptas, nabateus, sírios cristãos, judeus e de muitos outros povos, que estavam no caminho do assalto poderoso.

Também essa sura mostra que temos que ver, no Corão, com uma obra da força maior de expressão, de exatamente daquela força que era precisada para impressionar, cativar e levar a ações em comum beduínos que migravam pelo deserto desde séculos. A pronúncia expressionista se destina a efeito imediato em ouvintes, mostra-se tanto em imagens de promessa paradisíaca como em tais de punições e exterminação ameaçadas.

Nesse efeito mencionado por último, a despertar de coisas comuns entre os proscritos desde tempos imemoráveis em conflitos sangrentos jazia a grande realização do Corão. Esse poema religioso é um exemplo para qual efeito enorme de um texto literário possa conseguir. As guerras de fé estimuladas por ele conduziam tribos que viviam espalhadas no deserto sob a bandeira duma religião comum, mais ainda: mantinham-nas junto pelos séculos, até que se formara um império mundial que, a partir do deserto arábico até o norte da África, da Ásia até Europa ocidental, e cujo ressuscitamento militante nos inquieta até hoje.

A recepção do Corão já difícil, se torna ainda mais difícil pela não segurada univocidade do texto. Até hoje variam as suas “leituras” (*tafsir al koran*) tão consideravelmente que já o ler do texto representa uma interpretação <sup>38</sup>.

“Sete modos de ler” do Corão foram reconhecidos pelo próprio profeta, pela divisão do Islame cresceram mais outros. ...

Não sé gente de fora, também moslins em muitos casos não podem obter um consenso de como uma palavra determinada seja para ler e pronunciar, por conseguinte: que significado tem. “Não um texto uniforme do Corão”, escreve Ignaz Goldziher na sua obra modelo “As Direções da Interpretação Islâmica do Corão” de 1920. “*O textus receptus, a lectio vulgata (alkira’a al mashhura)* do Corão já em si não uniforme (...) remete à

redação, a qual se realizou pelos esforços do terceiro califa, Othman, para prevenir o perigo ameaçador de que a palavra de Deus fosse, em círculos diferentes, transmitida em formas divergentes uma da outra (...) Mas esse empenho não teve sucesso na linha inteira.<sup>39</sup>

Entre as causas para a ambigüidade do texto são lingüistas, antes de tudo a “característica da língua árabe, na qual o mesmo esqueleto gráfico, segundo a diferença e do número dos pontos postos em cima ou em baixo, representa valores de som e onde também no caso de valores iguais a diferença da designação de vogal faltando na escrita árabe original causa uma diferença da situação gramática duma palavra e, em conexão com isso, no significado da mesma.”<sup>40</sup>

Acrescentam numerosas outras razões para a discutibilidade de palavras singulares e passagens do texto do Corão, nem por último políticas. Assim a orientação shiita do Islame, desde o tempo mais antigo da sua aparência, duvidava da integridade da formação de texto otomânica e a recusava. Essa conteria, os shiitas dizem, mudanças e acréscimos inadmissíveis perante o Corão genuíno de Maomé, enquanto outras passagens do texto autêntico teriam sido apagadas <sup>41</sup>

No entanto, também os shiitas não podem concordar num “texto do Corão incondicionalmente reconhecido e íntegro”<sup>42</sup> e, portanto, não contribuir nada para a superação do problema. A guerra interior pela sucessão do profeta, começada no século sete, não encontrou fim até hoje. Alimenta-se do cisma incurável, que começa com a respectiva declaração como santo do texto arábico do texto do Corão e, desde séculos representa um potencial inesgotável para divisão interior-islâmica, formação de seitas e fracionalismo político, um pretexto para guerras e violência sangrenta. Finalmente, as lutas interiores islâmicas no Médio Oriente, como elas irromperam hoje p.ex. entre shiitas e sunitas no Iraque ou no Irã shiita e a Arábia Saudita sunita numa sanha e crueldade que inflamam toda a região, deixam-se reduzir, se precisar, sempre reduzir a essas discórdias na versão do texto. O ódio intra-islâmico está por vezes mais forte que o aos “infiéis”.

A incapacidade das frações islâmicas de acordar para compromissos duma versão de texto obrigatória, aponta para uma cultura pouco desenvolvida de encontrar consenso, uma disposição baixa para compromissos de sentido, a qual deve também em outras áreas da vida. Morris S. Seale, com a sua partida antropológica, atribui essa fraqueza à cunhação nomádica do Islame: “Para poder sobreviver no deserto, o nômade precisava provar força a qualquer tempo, sempre estar disposto a confirmar os seus direitos e a sua honra, não sendo nunca permitido a deixar visível um halo de moderação ou compromisso, estes que podem ser interpretados como fraqueza (...) Era a filosofia (do deserto) assassinar e ser assassinado, a roubar ou ser o roubado.” <sup>43</sup>

A observação de Rosenzweig da representação da criação no Islame como “arbitrariedade divina como feito livre, não necessária” <sup>44</sup> encontra a sua correspondência simbólica num tratamento, para nossos conceitos arbitrário, do texto árabe. “Podemos da experiência do mesmo tratamento tirar a conclusão”, Goldziher escreve, “que, referente à constituição do texto santo no Islame antigo reinava uma liberdade generosa (...), como tivesse sido

completamente indiferente às pessoas transmitir o texto numa forma inteiramente adequada à sua imagem original”.<sup>45</sup> Cita, nesse contexto, um dos escritores de Maomé, Abdallah bin Abi Sarh, sobre a arbitrariedade ampla, a qual já os primeiros apontadores usavam: “Podia virá-lo (o texto – Ch.N.) aonde eu o quis.”<sup>46</sup>

Abdallah ibn abi Sarh era irmão de leite do califa Othman e exercia sob este “uma posição distinta no reino islâmico”. A sua confissão franca sobre a arbitrariedade da sua escrita apontadora lhe rendeu, de outros moslins, a censura de que teria “falsificado o Corão arbitrariamente”, embora Maomé estivesse presente no escrever dos apontamentos e a aprovou obviamente.

...

Não se trata, bem-notado, não de interpretações ou problemas surgidos mais tarde por traduções, mas sim do “texto santo” mesmo na língua, segundo Corão, língua original, árabe, sobre o qual não se pode obter acordo. Nessa “imagem de vacilar e da insegurança”<sup>47</sup> jaz um perigo imenso, simultaneamente também uma esperança: O perigo é a disponibilidade desse texto religioso para aplicações extremistas, belicosas, inumanas. A esperança, de outro lado, é que o texto nunca obrigatoriamente canonizado também permite sempre leituras moderadas. Como estas resultam da não-inequivocidade dos textos do Corão mesmo, contêm uma possibilidade eterna, também pelos extremistas nunca amovível, da qual é para esperar que ela um dia se vá impor dentro do movimento islâmico.

Para a Bíblia, problema tal não existe – graças ao trabalho nos dos escribas masoréticos nos últimos séculos antes da mudança de tempo. No mais tarde desde o sínodo de Yabneh pelo ano 90 do nosso tempo, o texto hebraico (em alguns trechos aramaicos) original está fixado em univocidade até hoje obrigatória. Já desde o século terceiro ao segundo pré-cristão, existia também uma tradução grega, mais tarde assumida pelos cristãos, a Setenta (na qual também alguns textos não masoréticos foram incluídos, os assim chamados apócrifos). Ela serve de base para à versão do Orígenes, a Héxapla, à maioria das traduções posteriores (no total, a Bíblia cristã teria sido traduzida em 1750 línguas), também a redação latina de Vulgata do Jerônimo, a qual está obrigatória para a Igreja Católica. Um caminho próprio andou a Igreja síria, que ficou no aramaico e segue uma versão que vem dessa língua, a *peshita* (“a Simples”) chamada.

Incontestavelmente, havia também no Judaísmo fanatismo pernicioso e na Cristandade cruzadas, ilusão de bruxas e inquisição, mas primeiro tais abusos não estão sendo mandados pelo próprio texto bíblico; segundo, onde o mal-entendido de interpretação perigosa à vida possa haver, a contemplação de texto crescida por milênios pôs ao lado do cânon bíblico uma obra complementar de lei de adaptações, discussões e especificações, “sebes para a Toráh” como se diz no Judaísmo rabínico, as quais também devem proibir também qualquer abuso do texto para o que ameaça a vida<sup>48</sup>.

Levítico 18,5: *vhai bahem*, Pois deveis por eles (os mandamentos) viver.



A “Toráh oralmente transmitida” da literatura talmúdica consiste no Judaísmo de direito igual ao lado da escrita, a lei sinaítica, como para os cristãos o “Novo Testamento” ao do “Antigo” – dois caminhos numa contemplação e discussão permanente.

Textos iguais de começos analíticos estão sendo tradicionalmente impedidos no Islame, apesar da incerteza delineada acima do próprio teor da palavra. O profeta mesmo advertiu no Hadith de “travessura” tal. “O Corão não existe”, Goldziher cita, “para abotoar nele sutilezas especulativas, ‘bater uma parte dele com a outra’. Aí valeria antes a palavra do Corão: E quando vires que cismam sobre os nossos sinais, desvia-te deles!” <sup>49</sup> (o trecho do Corão e sura 6, versículo 67).

### **Imagem da pessoa humana**

“Deus é benigno para todos, e a Sua compaixão reina sobre todas as Suas criaturas”, diz o Salmo 145,9. Nesse lugar de texto está sem – representando para muitos – enunciado o critério decisivo da imagem bíblica da pessoa humana: a igualdade de valor de todas as pessoas humanas perante o criador. O povo da Bíblia não se considera melhor ou mais moral que outros povos e religiões. A Bíblia Hebraica não tenta em lugar nenhum glorificar Israel. Antes ao contrário, todas as suas fraquezas e faltas dele estão sendo apresentadas numa franqueza que não poucos inimigos dos judeus seduz à impressão errada de que se tratasse de um povo fraco, “repudiado” do seu próprio Deus. Também Maomé, que por sua vez celebrava uma auto-apresentação completamente outra, caiu nesse engano.

A “escolha” do povo bíblico é intentada como obrigação, como reivindicação crítica a si mesmo, não como elevação acima de outros. O texto frisa que os fugitivos do Egito, que receberam a lei no Monte Sinai eram somente em parte hebreus, em outra parte oprimidos e desesperados de outros povos que se juntaram àqueles, no original hebraico *ereb rab* <sup>50</sup> (Êxodo 12,38), a *mixed multitude* [uma multidão mista] na tradução da King James Bible, *fremdes Volk* [povo alheio] na Bíblia de Lutero “subiram com Israel”, com o verbo *alah* no hebraico significa literalmente, aceitaram a lei como os hebreus, e já de lá o ser e a essência de Israel estão ligados, desde a hora do seu próprio nascimento com estrangeiros.

O estrangeiro não deve oprimir, se diz sempre repetidamente nos livros mosaicos, pois vós mesmos fostes alheios na terra dos egípcios <sup>51</sup> (Êxodo.22,20; 23,9; Levítico 19,33-34; Dt 24,14).

A experiência de Egito está sendo mantida acordada como motivo condutor, como fórmula posta em lugar proeminente, até no primeiro dos “Dez Mandamentos” – para lembrança na fraqueza e necessidade de ajuda própria. A consciência da falibilidade própria sempre lembrada faz o “povo do livro” paciente perante aqueles que são “diferentes”. Desde os livros mosaicos, a concepção judaica-cristã sublinha, como parte essencial da sua essência, o respeito dos aliás desprezados, de uma vez dos estrangeiros, de outra os mais fracos no próprio povo. “O que é a essência de todas as religiões e a essência da própria doutrina de Deus?” pergunta o filósofo judaico Hermann Cohen no início do século 20. “Ama o teu outro, e testemunhas que amas Deus. Assim (rábi) Hillel

designou a quinta-essência da religião perante um pagão e também assim Jesus à pergunta dum escriba.” <sup>52</sup>.

Essa estima, para os povos do mundo antigo inabitual, do outro – entendido no sentido de “ser diferente” – começou nas mulheres. A primeiramente no primeiro livro de Moisés 3,16 expressada, dos povos antigos como “querida por Deus” considerada superioridade do homem referente à mulher, já está sendo corrigida pouco depois no mesmo livro para os patriarcas hebraicos <sup>53</sup>.

Pertence ao entendimento bíblico da criação como acontecimento permanente, que se encontra num movimento contínuo, que tais desenvolvimentos são possíveis e estão sendo realizadas no texto <sup>54</sup>.

Ao Judaísmo vale a criação como acontecimento perpétuo, que se encontra em renovação contínua, segundo o primeiro dos treze artigos de fé de Maimônides (Rabbi Moshe Maimon), ...

Na história de Abraão-Sara, ao pai-tronco está sendo mandado por Deus que ouça a seguir a sua mulher. “Em tudo o que Sara te dizer, ouça a voz dela”<sup>55</sup> (Gênesis 21,11). A exortação sucede na mesma fórmula lingüística - no hebraico *sh'ma bqola* – com que alhures está sendo mandado a ouvir a palavra de Deus ou dos Seus mensageiros.<sup>56</sup>

A partir de lá, uma submissão da mulher sob a vontade do homem está abolida, pelo menos posta em questão. Onde, apesar disso, ficou hábito, não podia, em todo o caso, não mais declarada como “querida por Deus”. A afirmação de ser querido por Deus para uma prerrogativa não está sendo mais em lugar nenhum da Bíblia Hebraica. Dois lugares no Novo Testamento, nas cartas de Paulo, que contêm exortação para a submissão da mulher, se referem igualmente não à palavra de Deus, mas representam a visão do apóstolo <sup>57</sup> (Primeira carta de Paulo aos Coríntios 11,3.7; trad.. Carta aos Efesios 5,s.).

Também acima de alheios ou de fé diferente há, segundo entendimento bíblico, nenhuma prerrogativa do “fiel” – assim como não há prerrogativa do homem querida por Deus referente à mulher. Ambas as relações estão sendo associadas no texto bíblico, o relacionamento aos estranhos e o ao mais fraco no próprio povo, às mulheres e crianças, aos economicamente dependentes e sem liberdade, na maioria das vezes na metáfora do seu grupo precisando de proteção, de “viúvas e órfãos” <sup>58</sup>.

Ligação de proteção dos estrangeiros e proteção das viúvas e órfãos:  
Deuteronômio 24,17.20 e outros.

O rábi Shimeon bem Yitshak de Troyes indica, no seu comentário da Toráh, que “viúvas e órfãos” é chifre para todos os “outros”, para todos aqueles cuja impotência seduz os mais fortes de os tratar mal, *dabar matsui lanotam* <sup>59</sup> (Rábi Shimeon bem Itshak, chamado Rashi, comentário a Êxodo 22,21, ...).

Particularmente está sendo regulamentado o relacionamento àqueles que são de outra fé. Já nos tempos antigos viviam numerosos entre os judeus, como “o teu alheio que mora nos teus portões” <sup>60</sup> (Êxodo 20,10), e foram (e são até hoje) incluídos em ditos de bênção judaicos, até na bênção do Shabat <sup>61</sup>.

Inclusão do alheio na bênção de Shabat significa que a esse está sendo concedido o privilégio do dia livre como a uma criança da terra e aos judeus, um regulamento humano sem par na antiguidade. Sêneca e outros romanos temiam a perda econômica e se voltaram contra o Shabat. ...

A luta ocasionalmente veemente (p.ex. do profeta Eliahu ou Elias no Livro dos Reis) contra cultos alheios de ídolos sempre valia para Israel mesmo, não para outros povos. A tolerância bíblica a respeito de todos os de fé diferente está formulada como obrigatória no Livro do Profeta Miquéias 4,5: “Que cada povo ande no nome do seu deus, enquanto nós andamos no nome do nosso Deus para sempre.”

O mandamento de tolerância judaico continua invariado até no nosso tempo, era o modelo da *tolerantia* antiga como o amigo de judeus Alexandro o Grande e o amigo de judeus Julius César o tentavam instalar nos seus impérios; é também o bem de memória para a tolerância da sociedade ocidental moderna. Tolerância é um contínuo o qual o Judaísmo bíblico sempre perseverava, também em tempos de opressão extrema por outros povos. A aliança do povo bíblico com Deus vale somente para aqueles que estão nela incluídos por nascimento ou se juntam voluntariamente. O restante da humanidade possa encontrar outros acessos a Deus ou deuses, ela está sendo considerada justificada pelas leis de Noé ou a disciplina das suas respectivas religiões <sup>62</sup>.

Mandamentos noahicos quer dizer os mandamentos da aliança concluída com Noé depois do dilúvio, Gênesis 9,1-7, os quais deveriam, segundo a opinião judaica, formar o código moral válido para todas as pessoas humanas. ...

Com referência a outros lugares da Bíblia Hebraica <sup>63</sup>, o Novo Testamento instiga a uma missão pacífica entre os heterodoxos.

A idéia duma missão “entre os povos” se pode reportar ao Salmo 96,3: *çapru bagoyim kbodo* ou ao quase idêntico 1Crônicas 16,24, qual fórmula a Bíblia de Lutero traduz “Anunciai entre os pagãos Sua magnificência”.

Ela se desenvolveu dos começos ainda inteiramente relacionados à missão intra-judaica, p.ex. em Mateus 10,5, àquele “Portanto ide e fazei discípulos todos os povos” na fim do mesmo Evangelho (28,19). Todos os lugares de texto tratando de missão querem sem dúvida dizer a conversão de indivíduos, não a subjugação desses em massa ou a conquista de regiões. O texto dos Evangelhos não profere ameaças ou punições referentes àqueles que se subtraírem da conversão. Abusos por parte das Igrejas não mudam nada na idéia cristã original dum trabalho espiritual de convencer sem pressão violenta.

A posição de alheios tolerados por Deus e até incluídos no amor de Deus não há no Corão. O conceito de heterodoxo é desconhecido ao Corão. A humanidade está ali separada em fiéis para os quais valem a graça, a misericórdia e instrução de Allah, e os infiéis que não são somente excluídos daquelas, mas que o Deus do Islame ameaça, em ênfase de motivo condutor, a punir a exterminar da terra <sup>64</sup>.

Sobre, segundo a exposição de Maomé punições divinas destinadas aos “infieis”: sura 2, versículo 189ss, sura 3, versículos 103 e 126, sura 4, versículos 45, 50 e 59, sura 8, versículo 12, sura 9, versículo 5, e outros lugares.

Embora sura 109, versículo 5 cite quase literalmente o edito de tolerância bíblica acima mencionado de Miquéias 4,5, fica uma declaração vazia em vista das punições permanentemente anunciadas referente àqueles que não concordam com Maomé.

A punição se deve efetuar tanto pelo seu Deus como também pelos moslins. Ao lado dos numerosos lugares do Corão que descrevem as punições e torturas para infieis infligidas por Deus, seja neste seja no mundo por vir, há também a exortação direta aos moslins, p.ex a sura 8, versículo 12: “Apanhai-os acima do pescoço e lhes cortai cada dedo!”. Ou a chamada apelante para a caça dos infieis: “E não desisti a descobrir os infieis!” Também um moslim que se compadecer é merecendo punição, como diz dois versículos depois na mesma sura: “Não fala a favor dos embusteiros, Deus não ama o traidor condenável!”

Onde não há heterodoxos tolerados por Deus e não outros caminhos a Deus que o do Islame, também não pode haver equivalência das pessoas humanas perante o criador. A concepção do Corão da convivência humana e uma hierarquia clara, por assim dizer santa, uma divisão da humanidade em duas classes. Pessoa humana de primeira classe é, segundo a doutrina de Maomé, o homem moslêmico fiel, ao lado dele tanto mulheres como também não-moslins chegam a serem pessoas humanas de segunda classe. As mulheres o chegam a ser pelo que, no Corão, está sendo re-introduzida a superioridade masculina, aquela idéia dos povos antigos, da qual a lei do Sinai tenta conduzir fora. A idéia, desenvolvida na Bíblia, de uma equivalência dos sexos não está sendo aproveitada por Maomé, o sistema elaborado nos livros mosaicos para segurar dos direitos das mulheres está sendo quase completamente ignorado. Na lei de Maomé, uma mulher nem passa por uma pessoa jurídica autônoma. Allah teria, diz-se na sura 4,38, dado aos homens primazia para também determinar o direito das mulheres e esperaria obediência das mulheres. Fosse esta recusada, o homem deveria acoitar (Literalmente até diz, que uma mulher deveria já ser batida pelo seu marido, quando este *temesse* que ela pudesse ser renitente, isso é que basta a insubordinação potencial <sup>65</sup>).

... Na lei de Moisés, tal auto-justiça está sendo excluída. Onde punições contra mulheres estiverem a serem infligidas (no caso de transgressão da lei) isso acontecerá isso pelos juízos, não pelos maridos.

O papel destinado à mulher, a sura 2, versículo 223 a descreve: “Vossas mulheres vos são uma seara. Ide a essa seara, sempre quando quiserdes.” Já a equiparação duma pessoa humana com uma seara, a representação do passivo, do solo alimentício e rebento, do qual vida moslêmica provém é incompatível com a nossa imagem da pessoa humana. Está ainda sendo excedida pela exortação a arbitrariedade total no trato do ser condenado à recepção passiva. Nem tanto direito deve ser deixado à mulher que possa pelo menos determinar o momento da cópula com o homem. Segundo entendimento ocidental de direito, esse versículo do Corão é uma chamada para violação. A metáfora da seara com o

aditamento: “Sempre quando quiserdes” é a fórmula linguística para privação total de direito, em nossos olhos: desumanização das mulheres.

Quão pouco uma mulher está sendo entendida no Corão como personalidade e individual prova a circunstância de que mulheres únicas – além da classificação coletiva – não aparecem. No inteiro texto do Corão somente uma única mulher está sendo mencionada com nome, e essa única está ainda tirada da Bíblia: Maria, a mãe de Jesus <sup>66</sup>.

Considerando que papéis proeminentes mulheres desempenham na Bíblia, como profetizas, rainhas, líderes do povo, com mãe e sócias, como símbolos da coragem, prudência e salvadoras na necessidade, que riqueza em figuras inesquecíveis de mulheres a Bíblia desdobra, mulheres que além de Judaísmo e Cristianismo chegaram a ser irrenunciáveis na consciência da humanidade, então o Corão, no qual não há figuras de mulheres nenhuma (além de uma única, emprestada da Bíblia), representa aqui a concepção diametral à bíblica.

A imagem da pessoa humana do Corão é, não uma livre, mas sim uma hierárquica, desde o princípio cunhada politicamente. A muito citada tolerância de reinantes islâmicos, p.ex. no tempo da ocupação da Espanha, só pode ser entendida perante o fundo dessa hierarquia. Nos países islamicamente reinados não há tolerância entre iguais. Como o *jihad*, a Luta Santa, como está mandado à “comunidade dos fiéis”, tem primariamente como fim, não a missionação dos infieis, mas sim a expansão territorial do império dos fiéis, do *dar al-islam*, a casta de homens moslêmica dominante, quando a região alheia uma vez está conquistada, amplamente indiferente referente aos subjugados. Estes devem apresentar os impostos da região e pagar outras contribuições e sacrifícios de pessoas humanas, como p.ex. no Império Otomano o tributo de meninos, e enquanto o fazem, são deixados amplamente com os seus costumes e hábitos.

O tributo de meninos (*desirma*) é um exemplo para os sacrifícios costumeiros dos povos subjugados no império otomano: “Cada poucos anos os osmanlis foram a, digamos, aldeia sérvia e se apanharam ali os jovens mais fortes e inteligentes (...) Na Turquia, esses absolveram sete anos de formação contínua: trabalho corporal pesado para fortalecer o seu corpo, ensino no Islame e na língua turca. Aqueles que se destacavam no esporte e arte bélica foram escolhidos como cadetes do corpo dos ianishares, como ‘homens da espada’. Privados das suas ligações familiares, não conheciam conflito de interesses e eram leais somente perante o sultão.” <sup>67</sup>

Max Weber chamou uma forma de dominação que se baseava no serviço escravo por conseguinte de “sultanismo”. “No sultanismo, o regente recruta o seu estado maior de estrangeiros e escravos. Porque esses na sociedade que ajudam a governar têm pouco apóio, dependem da graça do seu senhor. Portanto, estrangeiros e escravos são as ferramentas melhores para um regime de arbitrariedade.” Segundo M. Severy, oito dos vizires grandes do sultão Suleiman são cristãos nascidos, os quais trouxeram como escravos crianças à Turquia e os fizeram moslins <sup>68</sup>.

Mas a formação para ferramentas do aparato de dominação, a casta de homens moslêmica dominante concedia só a poucos. Perante a grande massa dos subjugados ficou, no que se

referia à fé deles, relativamente indiferente. O historiador Henry Pirenne menciona talvez a razão mais importante: “Allah é Deus Único” diz no seu livro “Mohammed and Charlemagne” [Maomé e Carlos Magno], uma obra modelo sobre a invasão islâmica da Europa no século 8, “e por isso seria lógico que os seus servos (os homens moslêmicos – Ch.N.) o entendessem como a sua obrigação forçar os infiéis à obediência de Deus. O que, porém, intentavam não era como se pudesse pensar, a conversão deles, mas sim era a sua subjugação.”<sup>69</sup> O interesse primário dos conquistadores consistia na introdução da ordem islâmica de duas classes nos países conquistados, dum sistema de pagamentos de tributo e de escravatura. Conversão massiva dos subjugados ao Islame teria significado que esses adquiriram o mesmo status que os conquistadores, com o que teria caído a motivação religiosa de os explorar mais desconsideradamente e os manter como escravos.

Diferente é em relação a regiões não dominadas islamicamente. Aqui é o ganhar conversos “obrigação permanente” do moslim crente, a parte individual do mandamento do *jihad*. Enquanto a casta de homens moslêmica não tiver assegurado o domínio político e militar da região, cada prosélito individual conta. Se, no caso de escravos, a sua libertação seja necessariamente ligada com a conversão fica sem ser pronunciado. O Corão menciona a possibilidade de “escravas fiéis” (sura 2, versículo 220; sura 4, versículo 29). Uma tradição segura no Hadith do Abu Musa comunica que o profeta teria àquele que as pôr em liberdade “remuneração dupla”, o que, porém, não significa necessariamente que a libertação era obrigatória<sup>71</sup>. Também não se devia, assim o Corão, forçar escravas para prostituição (sura 24,34).

Em total, as indicações para o tratamento de escravos no Corão são escassas e muito mais turvas que os regulamentos da Bíblia. A lei mosaica se esforça a reduzir a escravatura vitalícia, instituição aliás natural no mundo antigo, senão acabar com ela. No caso de geira hebraica, manda expressamente libertá-los, no mais tarde no sétimo ano e provê-los, na libertação, com meios que lhe possibilite um começo autónomo (Deuteronomio 15,12). Geralmente, os sem-liberdade – sejam eles nascidos no país ou estrangeiros – devem ser tratados humanamente: “Não deves ao jornaleiro pobre e necessitado entre os teus irmãos ou ao estrangeiro, que estão nas tuas portões, reter a remuneração. No mesmo dia lhe deves dar a sua remuneração, o sol não deve pôr sobre esta” (Deuteronomio 24,14). A entrada dum escravo no Judaísmo (*ger tsedek*) levou automaticamente aquela libertação ordenada (em Êxodo 21,2 e Deuteronomio 15,12-18). Correspondentemente, o observavam os cristãos em Roma. Especialmente no trato de mulheres presas de guerra de povos alheios, a lei mosaica mostra um respeito sem par naquele tempo, mandando ao homem hebraico ou casar com ela ou a libertar (Deuteronomio 21,11ss.).

Nas leis humanas referentes aos sem-liberdade e estrangeiros jazia um dos aspetos revolucionários, que fizeram a fé judaica e mais tarde a cristã tão atraente para os escravos do império romano, os quais lhe afluíam em multidão grande. Em comparação com isso, o Corão cria, pelo privilégio “querido por Deus” dos fiéis referente ao infiéis um pretexto inatacável para o princípio de escravização vitalícia. “Com o Islame”, o orientalista Hans-Peter Raddatz acha, “a reivindicação de domínio da pessoa humana sobre a pessoa humana está sem mundial-historicamente reativada”<sup>72</sup>.

A casta de homens moslêmica dominante “por vontade de Deus”, *dar al islam*, se sente legitimada para a subjugação de todos os outros porque ela mesma passa a sua vida em submissão total sob a vontade de Allah, como isso se expressa na palavra *islam*. Por causa da auto-renúncia mandada, a imagem da pessoa humana de moslins fiéis divirja em princípio de noções ocidentais, afirma o politólogo Heinz Theisen, o destino dos moslins jazeria “não no auto-desdobramento, mas sim na sua união fundada por Allah como iguais sem mais outras diferenças. A única diferença em princípio conste na separação entre fiéis e infiéis.” <sup>73</sup>.

... A orientalista Annemarie Schimmel exprime os mesmos fatos mais eufemisticamente: “No Islame a pessoa humana se deve inserir no tecido.”

...

Um exemplo especialmente drástico para a supressão de qualquer individualização no texto do Corão é o tratado do assunto “mulheres” sem designar nem uma única mulher como pessoa ou também somente pelo nome (com a mencionada exceção de Maria).

Da compreensão de renúncia consciente de si mesmo resulta mais uma incompatibilidade da concepção corânica referente à questão bíblica de se à pessoa humana está sendo concedida por Deus a liberdade da decisão. Fontes antigas judaicas e cristãs já apontam a essa diferença entre pensar bíblico e islâmico, p.ex. no diálogo famoso de João de Damasco com um saraceno, um texto cristão do século 8. O cristão João de Damasco explica o ponto de bíblico como em Deuterônômio 30,19 exposto, que Deus teria cedido à pessoa humana a “escolha livre” entre o bom e o mau. Sobre isso, o seu parceiro moslêmico se mostra assombrado: em sua opinião, todas as ações das pessoas humanas, boas como más, estão predeterminadas por Allah. Seu assombro reflete a atitude da teologia islâmica ortodoxa, p.ex. do Jahm ibn Safwam, um contemporâneo do João, que ensinava “que a pessoa humana seria um mero boneco, até no mecanismo dos seus movimentos dependente de Deus” <sup>74</sup>. O contra-argumento do João era que a pessoas humana, caso que Deus não lhe tivesse concedido vontade livre, também não poderia ser responsabilizado pelos seus crimes, sendo já não precisa a resistência contra o mal neste mundo.

Seja mencionado, que a doutrina de Buda aqui defende a mesma posição como a judaico-cristã. O seu discurso final pela vontade livre se realiza numa dedução lógica irresistível, que explica também a desgraça existencial hodierna de muitos países islâmicos: “Se tudo está sendo decidido por destino superior, feitos bons como maus são predestinados, nada acontece que não estava firmado antes. Então todos os planos e esforços humanos por melhoramento e progresso seriam em vão, e a esperança para humanidade estaria em vão (...) Não é para estranhar que pessoas, que estão presas nessa imaginação, perdem toda a esperança e negligenciam os seus esforços de agir sabidamente e evitar mal.” <sup>75</sup>

A visão de Buda concorda com a judaico-cristã em que nós pessoas humanas, com abandono da nossa vontade livre perdemos a nossa resistência ao mal e, com isso, a nossas esperança, um ímpeto decisivo da nossa vida. Conseqüências diretas do desespero religiosamente motivado é o descuido da vida individual de pessoa humana, primeiro da

qualidade da vida, a seguir da própria vida – talvez um fenômeno estranho de esfera islâmica para gente de fora. Mostra-se, não somente nos autores de um atentado que se obviamente com alegria para uma coisa, nos nossos olhos, sem sentido, sacrificam, como fazer explodir bombas e o matar outras pessoas (também outros moslins), mas - para nós ainda mais incompreensível – na devoção afetiva no destino de grandes massas de pessoas humanas, que padecem reinantes despóticos, violência e corrupção, uma vida em penúria e tutela sem resistência.

No menosprezo da própria vida jaz, segundo a noção bíblica, um desprezo das obras do criador. Portanto, também o suicídio está sendo refutado na Bíblia: Com referência a Gênesis 9,5, matar por suicídio está sendo considerado como matança de vida humana, o suicida portanto – fora de poucas exceções – como assassino. “Deus (...) nos nega sempre o direito ser dono de sangue humano qualquer que seja, inclusive o nosso”, o rabi Samson Rafael Hirsch escreve no seu comentário a esse lugar da Toráh <sup>76</sup>. A conservação de vida humana é, portanto, o anseio judaico mais alto, expressamente é, para salvar uma única vida humana (*piquach nefesh*) a violação de outros mandamentos. Desaconselha-se, também no sentido de execução estrita dos mandamentos, expor-se a perigo de vida, logo todas as formas de ascese, exercícios de penitência ou flagelação que ameaça a vida, além disso martírios para a observação dos mandamentos – porque os mandamentos em princípio, segundo Levítico 18,5, devem ser fontes de vida.

No Islame, ao contrário, está sendo prometida “remuneração potente” para um auto-sacrifício ligado à matança de outras pessoas, está sendo até equiparado a uma vitória <sup>77</sup>.

Sura 4,74: E quando alguém lutar pela causa de Allah e está sendo morto ou vence, a ele daremos remuneração potente. Sura 4,79 declara a vida terrestre para como não valendo nada para ser afeiçoado a ela, além disso, a pessoas humanas deveria morrer mesmo assim.

Esse espécie de martírio, *shahid*, é irreconciliável com a imagem bíblica da pessoa humana, também quando na Cristandade, antes de tudo na sua fase primitiva, havia muitos martírios: estes, porém, não passavam, como no Islame, para matar outros, ao contrário, na maioria dos casos para a salvação deles. Uma, de vista cristã auto-sacrifício é o feito do padre Maximilian Kolbe, que se sacrificou em Auschwitz para um co-prisioneiro e pai de várias crianças judaico, indo, no lugar dele no *bunker* de fome. Trata-se dum modo em motivo e efeito de auto-sacrifício exatamente contrário aos dos atentadores islâmicos de suicídio.

O martírio do *jahid* é a forma mais íntima do sacrifício humano. Menosprezo da vida própria implica o menosprezo da vida humana em geral, o auto-sacrifício arranja ao sacrificante uma pseudo-legitimação para sacrificar outros. Essa atitude está sendo louvada pelo Corão. Em contrário a isso, o Deus da Bíblia recusa qualquer sacrifício humano. Quando quis sacrificar o seu próprio filho ao seu Deus, o Deus bíblico mandou o Seu anjo para impedi-lo nisso (Gênesis 22,1-19). Nisso jaz a primeira mensagem revolucionária da Bíblia, a pedra fundamental da era humana. Com a remuneração do



*jahid* – sobretudo onde está ligado ao matar outros – o Islame realizou a volta para a sacrifício de pessoa humana, abolindo a mensagem da Bíblia <sup>78</sup>

## Guerra e paz

A estima em nossos olhos baixa da vida individual da pessoa humana jaz fundada no *jihad*, a luta santa mandada à comunidade de fé islâmica para a imposição mundial do Islame. O profeta não deixa dúvida de que essa luta esteja no fim somente quando todas as pessoas humanas adorarem Allah (suras 8,39; 61,9 e outros lugares). Enquanto aos cristãos missionantes se trata de ganhar indivíduos - Jesus designa os seus discípulos como “pescadores de pessoas humanas” (Mateus 4,19) – ao Islame se trata de ampliação do *dar al Islam*, logo para a dominação de territórios.

No texto do Corão se encontram indicações contraditórias de como proceder nisso. Sura 2, versículo 187 manda lutar por Allah, mas não para ser o agressor, “Deus não ama o agressor”. Outros lugares esclarecem que já a existência de não-moslins numa determinada região deva ser entendida como agressão ao Islame. Nesse sentido se declara como defesa o que, segundo os nossos conceitos é agressão. Sura 4,104 fala de “procurar” ou “descobrir” dos infiéis – sem dúvida um procedimento ofensivo. Também sura 9, versículo 5 manda táticas da agressão: os infiéis devem ser matados, “onde que os encontrais”, devem ser apanhados, importunados ou bloqueados, devem ser “espiados de qualquer cilada”. Várias vezes chega a ser enfatizado que moslins não devam relaxar nas lutas. Está sendo desaconselhado de “paz precipitada” ou armistício, admoestado para a luta até o fim vitorioso, “já que vós tereis prevalecereis e Deus está conosco” (sura 47,35).

Também na Bíblia Hebraica há uma chamada divina para luta contínua contra Amalec (Êxodo 17,16). No entanto um povo pequeno de deserto, não a humanidade “infidel” inteira. Um povo a isso que, em forma terrestre não existe mais desde milênios, razão por que a chamada divina de lutar contra Amalec entende um procedimento simbólico. Amalec agredira Israel no deserto (Êxodo 17,8) com premeditação, longe do lugar da estância própria de Amalec (Gênesis 36,12.16), além disso de emboscada, apontada para a retaguarda, os fracos e feridos (Deuteronômio 25,17). Luta e vitória contra a tribo surpreendentemente atacante, antes de tudo a chamada mais tarde repetida de continuar essa luta, são hoje, como não há mais o amalec mesmo, a serem entendidas como parábola para a obrigação de Israel para vigilância duradoura e prontidão de defesa.

Além disso, o povo bíblico conduziu várias guerras para conseguir e segurar a terra prometida, em que a terra está limitada *per definitionem* e as suas fronteiras várias vezes no texto estão sendo exatamente designadas (Êxodo 23,31; Números 34,3 e outros lugares). As indicações das fronteiras diferem entre variantes mais estreitas e mais amplas, das quais, no entanto, nenhuma leva mais que até o “Córrego do Egito” (com o que está sendo provavelmente entendido o Wadi el-Arish ao sul de Gaza) e ao Eufrates na região da Síria de hoje. Daí, cada interpretação das “fronteiras da Terra Santa” reduzida um quadro estreito geográfico. Reivindicação à expansão ulterior do território não está sendo feita na Bíblia. Nenhuma dessas guerras antigas foi justificada com uma

prerrogativa do povo bíblico, de ser “fiéis” e, daí, ter direito para expansão do território. Para o povo bíblico, o sentimento de paz já entra, quando a área entre Dan e Beer Sheba está segurada (1Reis 5,5), não só, como no Corão, quando o império do Islame se tem estendido pelo mundo inteiro.

### **Processo antropológico**

Os livros mosaicos contam – de uma pré-história dedicada ao surgimento da humanidade e do nomadismo dos patriarcas – o caminho de um povo do cativo e a sua consolidação nova. Esse processo dum liberação com sucesso, no entanto, significa, não a volta à vida de nômades de outrora, mas sim o caminho, simbolizado por uma migração penoso de quarenta anos pelo deserto, para uma forma estável de vida.

Não obstante, a nova forma de vida era simultaneamente uma anterior, já experimentada noutra parte, a qual foi conservada como lembrança, como uma lembrança que segundo a apresentação dos livros mosaicos precisava ser refrescada pela intervenção de Deus e feita outra vez capaz de viver. O pai-tronco dos hebreus (no original hebraico *ibrim*, literalmente aqueles “que vêm para cá”), era fugitivo da Babilônia, segundo a opinião de muitos cientistas, dum catástrofe suméria ao redor de 2000 antes do nosso tempo, filho dum família rica ali domiciliada, em todo o caso uma pessoa humana que era cunhada e formada pela civilização anterior. Notável é o seu esforço de se assentar seguramente, criar por acordos de paz com príncipes vizinhos uma situação estável, erigir à sua mulher falecida um monumento firme e outras coisas, o que é, inusitado para os seus vizinhos. O seu e dos seus descendentes esforços para uma situação firme, no entanto, foram continuamente frustrados, antes de tudo por carestia que obrigavam para mudar de lugar, finalmente a uma emigração ao Egito.

No decurso das gerações observa-se uma perda em qualidades civilizatórias, um escorregar para baixo e embrutecer, especialmente na última geração em Canã, os filhos de Jacó, que referente a mulheres estrangeiros e mais fracos comete abusos graves e vendem o seu próprio irmão à escravatura. Propriamente, o caminho teria devido conduzir agora mais para baixo, até “passar” para a forma de vida dos nômades, um vaguear desenfreado pelo deserto, manter rebanhos migrantes, extensivamente pastantes, beligerância contínua por terra de pasto e lugares de água, para dentro da forma de vida que também na tradição islâmica está chamada de “era de ignorância” (*jahiliya*), tempo da anarquia, do direito do mais forte, da vingança de morte.

Por um destino – salvamento miraculoso e subida do irmão escravizado na corte egípcia – os filhos de Jacó escapam do embrutecimento. Esquivam-se para o Egito, passam por tempos bons e maus, estão sendo escravizados, chegam finalmente a ser livres, estando ainda idênticos com os outrora imigrados quanto guardavam um último hábito de memória deles, lembrança dum forma de vida com leis e estruturas, com agricultura e relações de posse regulamentadas, com jurisdição e respeito da vida humana. Pois quando o Deus deles, depois do êxito de Egito lhes manda uma lei tal, uma lei que, depois da já saboreada “liberdade” nomádica, deve dar-lhes a impressão de severa e dura, aceitam-na prontamente (Êxodo 24,3).

Antropologicamente visto, o processo apresentado nos livros mosaicos, como Morris S. Seale o formula, “uma mudança no modo de viver de extensão revolucionária. Deixaram a anarquia do deserto para trás, para a legalidade duma sociedade estabelecida. Os livros mosaicos podem, por isso, ser entendidos como manual de treinar para um povo que parte para o caminho difícil em direção à humanidade e civilização.” <sup>79</sup>

O modo de viver nomádico, ao contrário, era a obrigação para expansão contínua, povos nômades *são per se* belicosos. Paz só pode entrar quando a economia extensiva, esporádica de rebanhos de gado migrantes for superada por uma agricultura intensiva, sistemática.

Daí, a forma de sociedade regulada na lei do Sinai é uma geralmente sedentária, preponderantemente fundada em agricultura e ofício regional. Numerosos dos mandamentos bíblicos se referem a cultura de plantas e pecuária, outros a relações entre-humanas e de técnica de posse duma sociedade rústica. As festas dos judeus são festas de agricultura, ordenadas no ciclo da sementeira, maturação, colheita, antes de tudo três viagens de peregrinação ao Templo para oferta dos primeiros frutos e outras ofertas da sua produção agrícola, entre *Peçah* e *Shavuôt* conta-se sete semanas de *omer*, o madurar dos cereais etc. Também Jesus se move num mundo agrícola. As festas dos cristãos seguem o antigo ciclo agrícola das judaicas, sob acréscimo de mais uma componente ligada à figura de Jesus.

No Corão, muito raramente se fala de assuntos da agricultura e da vida sedentária. O cultivo de terra está sendo recomendado (*Al-harth wa-l-muzara'ah*), antes de tudo a irrigação (sura 32,27). Ocasionalmente, metáforas do cultivo de plantas são usadas no texto, p.ex. na sura 48,29, onde os adeptos de Maomé estão sendo comparados com sementeiras brotantes e talos crescendo retos, mas ficam poucas expressões vagas, poéticas, muito diferentes do sistema elaborado de leis agrícolas nos livros mosaicos. Antes de tudo, o trabalho na agricultura não parece ser muito considerado. A tradição do Hadith, Maulana Muhammed Ali escreve, “fala disso como de uma ação meritória, mas adverte ao mesmo tempo, que aqueles que se totalmente dedicam à agricultura, não são mais capazes para feitos grandes e gloriosos”.<sup>80</sup>

Ambos os livros, Bíblia e Corão, podem ser entendidos como instruções de como povos possam encontrar saída da “era da ignorância”, do nomadismo bruto, do direito do mais forte e de guerras de tribos. Mas mostram caminhos e fins diferentes. Uma diferença primitiva jaz na relação à terra:

na Bíblia, uma área firmemente traçada que deva ser intensivamente cultivada para alimentar aqueles que vivem nela;

no Corão – agora por motivo religioso – um território a expandir continuamente.

O Corão contém uma chamada renovada ao nomadismo, desta vez a um empreendido comumente pela “comunidade dos fiéis”. “O andar no caminho de Allah significa, no sentido mais estreito, a expansão do Islame pela guerra de fé”, Franz Rosenzweig escreve. “No obediente andar sobre esse caminho, no assumir dos perigos como isso ligados, no observar das leis prescritas para isso, a piedade do moslim encontra o seu caminho para dentro do mundo”.<sup>81</sup>

**Notas de fontes** <sup>1</sup> a <sup>81</sup>: no fim do texto alemão

Texto alemão [1](#) e [2](#)

Tradução: Pedro von Werden SJ – Rua Padre Remeter, 108 – Bairro Baú – 78.008-150  
Cuiabá-MT –BRASIL – [pv-werden@uol.com.br](mailto:pv-werden@uol.com.br)

2007-06-01

---